

EDITORIAL

Dr. Antônio Gomes da Costa

Universidade da Lusofonia

Um, o Real Gabinete Português de Leitura, foi fundado 15 anos depois de proclamada a Independência do Brasil, em 1837; o outro, o Liceu Literário Português, três décadas depois. Os objetivos iniciais das duas instituições eram convergentes: propunham-se dar aos emigrantes portugueses, que chegavam com baixo índice de escolaridade, ou até sem nenhuma, condições de aprender a ler e a escrever, bem como de melhorar os seus conhecimentos.

Esses objetivos não tardaram a ser ampliados: o Liceu passou a cuidar também do ensino de artes e ofícios e o Gabinete transformou-se em biblioteca pública e em polo de referência da cultura portuguesa no Brasil.

Em épocas mais recentes, para além de suas atividades tradicionais, as duas entidades foram assumindo uma nova dinâmica: a primeira, como centro de estudos da Literatura e a segunda, como espaço de excelência para a pesquisa da História e o conhecimento da Língua.

Poder-se-á dizer, revendo a trajetória do Gabinete e do Liceu, que temos motivos para nos orgulharmos do que foi feito, ainda que muito haja por fazer. Mas a verdade é que nenhuma outra “colônia” realizou no Brasil, ou em qualquer país, uma obra associativa tão importante nas diversas vertentes em que se concretizou: foi na instrução e na cultura, foi na assistência e no desporto, foi na mutualidade e no âmbito social.

Entretanto e da mesma forma como tivemos de dar, não faz muito tempo, outra utilização ao equipamento associativo – uma biblioteca não poderia ser mais um simples “depósito de livros”, nem um Liceu poderia limitar-se a seguir os currículos do 2º grau, ou a ministrar cursos profissionalizantes–, também agora precisamos projetar para o futuro outras trilhas e arriscar novos desafios.

Para isso é imprescindível a modernização e são indispensáveis ferramentas que nos oferece a informática. E ainda atualizar objetivos. Não faz sentido, por exemplo, manter uma biblioteca para atender a meia-dúzia de emigrantes que procuram ler os jornais de sua terra. Nem tampouco se justifica um investimento como o do Liceu para oferecer, num curso supletivo, aulas de datilografia ou de contabilidade.

É dentro dessa linha de pensamento que está a ser criada uma espécie de “Universidade da Lusofonia”, que, nos moldes da Universidade das Nações Unidas, irá funcionar direcionada para o estudo, a reflexão e o debate de temas que interessam aos países de Língua Portuguesa. Não será uma universidade como as tradicionais, com currículos fixos e cargas horárias; com salas de aula e avaliações do Ministério da Educação, para formar profissionais nas áreas do Direito ou das Letras, da Engenharia ou da Medicina, das Ciências ou da Comunicação. A “Universidade da Lusofonia”, tal como a concebemos, não terá alunos, nem professores; não terá laboratórios, nem exames finais. O que se pretende, com ela, é reunir periodicamente os especialistas de um determinado assunto de interesse comum aos nossos países, analisá-lo e debatê-lo, trocar experiências e apresentar conclusões. Do desenvolvimento econômico ao inventário ambiental; do sistema de habitação à pesquisa científica; da diversidade lingüística ao acervo documental; das políticas de cooperação à geografia da pobreza, não faltam temas da maior importância para a construção do futuro dos povos de Língua Portuguesa.

Observe-se que, curiosamente, no quadrante associativo luso-brasileiro fomos pioneiros com as bibliotecas dos gabinetes de leitura, com os hospitais filantrópicos das Beneficências, com os Liceus e os clubes, com as Casas de Portugal e as caixas de socorros mútuos. Pois também com a “Universidade da Lusofonia” iremos sair na frente.
